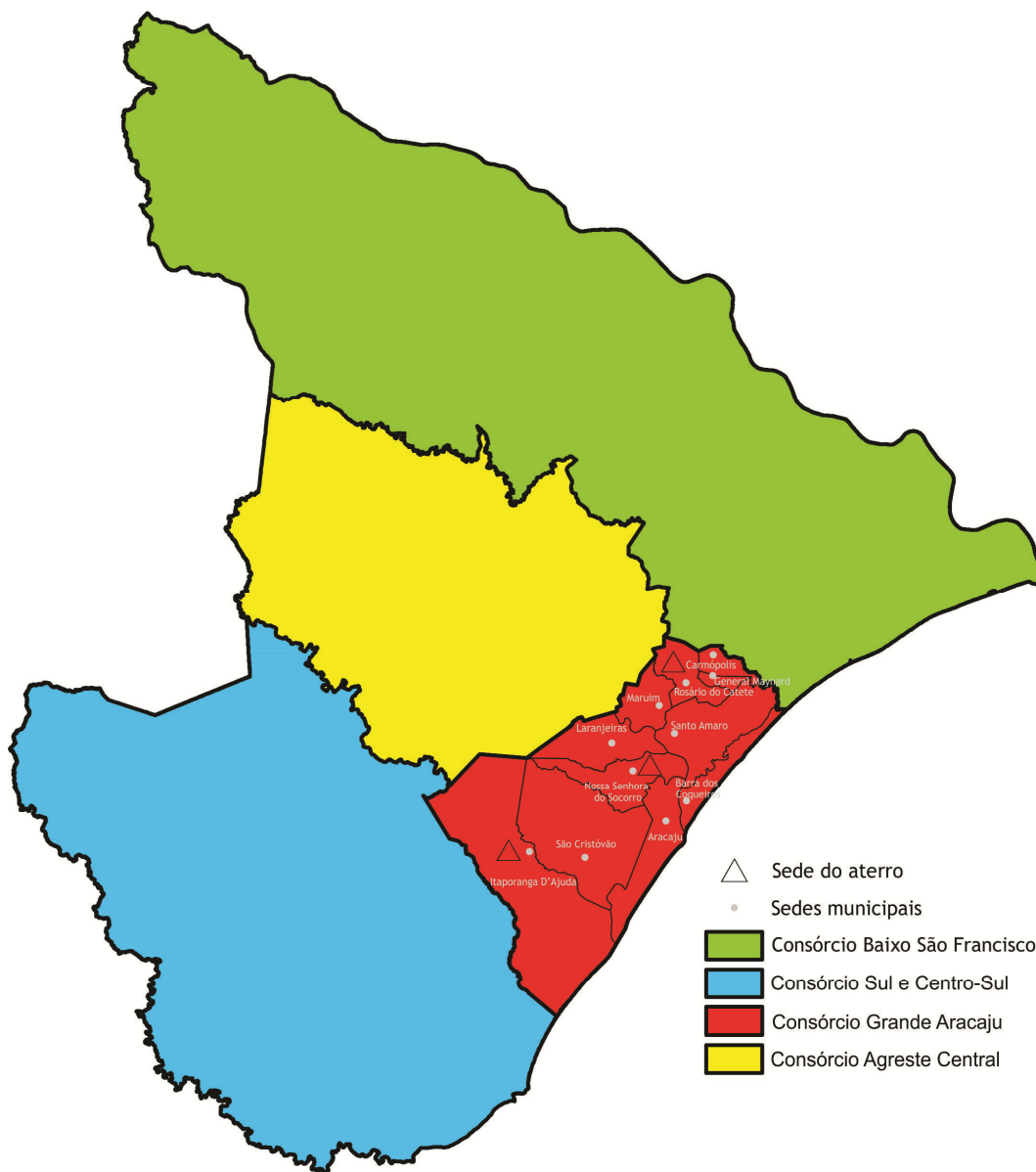


PLANO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA GRANDE ARACAJU

Projeto de Mobilização Social e Divulgação – Produto 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Temer

Presidente interino

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

José Sarney Filho

GOVERNO DO ESTADO DE SERIGPE

Jackson Barreto Lima

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Olivier Ferreira das Chagas

Secretário

Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental

Vera Lúcia Silva Cardoso (até março de 2016)

Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental

Valdinete Paes Silva de Jesus

Superintendente de Recursos Hídricos

Ailton Francisco da Rocha

Superintendente de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas

Carlos Alberto Gomes Mateus

Diretor Administrativo e Financeiro

Emanuel Messias Barboza Moura Junior

Diretor da Assessoria de Planejamento

Igor Coelho Nunes

EQUIPE TÉCNICA DA DIRETORIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

Coordenadora do Consórcio do Agreste Central Sergipano

Maria Valdinete Santos

Coordenadora do Consórcio da Grande Aracaju

Priscila Christina Borges Dias Randow (até Fevereiro de 2016)

Coordenadora do Consórcio da Grande Aracaju

Márcia Santos Silva

Coordenadora do Consórcio do Baixo São Francisco

Luciana Helena Kummer D'Oliveira Santos

Coordenador do Consórcio do Sul e Centro-Sul Sergipano

Carlos Augusto Carvalho Messias

Equipe Executiva

Márcia Santos Silva -- Coordenação Executiva

Elane Alvarenga Oliveira Hora – Coordenação Executiva

Itana da Cruz Araújo – Estagiária de Engenharia Ambiental

Equipe Técnica de Apoio

Claudiovânia dos Santos – Coordenadora de Eventos

Conceição Jeane Magalhães Silva – Coordenadora da A3P

Márcia Santos Silva– Coordenadora de Apoio ao Consórcio da Grande Aracaju

Rosângela dos Santos Rezende – Estagiária em Saneamento Ambiental

UEGP

Coordenadora geral

Jeanine Almeida de Souza

Gestora de Convênios

Elis Santos Correia

Gestor de Siconv

Filipe Diogo de Santana Macêdo

ASCOM

Assessora de Imprensa/Comunicação

Lara Angélica Vieira de Aguiar

Repórter

Manuela Santana Pena Cal

Assessora Técnica de Eventos

Luana Vieira Bomfim

**PRESIDENTES DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERGIPE**

Consórcio do Agreste Central Sergipano – Prefeito do Município de Macambira

Ricardo Alves de Meneses Sousa

Consórcio do Baixo São Francisco – Prefeito do Município de Propriá

José Américo Lima

Consórcio da Grande Aracaju – Prefeito do Município de Laranjeiras

José de Araújo Leite Neto

Consórcio do Sul e Centro Sul Sergipano – Prefeito do Município de Boquim

Jean Carlos Nascimento

**SUPERINTENDENTES DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERGIPE**

Consórcio do Agreste Central Sergipano

Caio Marcelo Valença Teles de Menezes

Consórcio do Baixo São Francisco

José Marcos de Oliveira Silva

Consórcio da Grande Aracaju

Evaldino Andrade Calazans

Consórcio do Sul e Centro Sul Sergipano

Verônica Paixão dos Santos Fernandes

EQUIPE TÉCNICA – M&C ENGENHARIA

Especialistas em Geografia e Ordenamento Territorial

Dr. José Wellington Carvalho Vilar – Instituto Federal de Sergipe

Dr. Lício Valério Lima Vieira (Coordenador geral) – Instituto Federal de Sergipe

Dr^a. Vera Lúcia Alves França – Universidade Federal de Sergipe

Especialista em Geoprocessamento

Cleverton Santos

Especialistas em Resíduos Sólidos:

Dr. José Daltro Filho – Universidade Federal de Sergipe

Dr^a. Luciana Coêlho Mendonça – Universidade Federal de Sergipe

MSc. Adriana Virgínia Santana Melo – Instituto Federal de Sergipe

MSc. Emerson Meireles de Carvalho

MSc. Josiene Ferreira dos Santos Lima

MSc. Luciano de Melo – Instituto Federal de Sergipe

MSc. Maria Gabriela B. A. Araujo

MSc. Patrícia Menezes Carvalho (Coordenadora)

Engenheiro Civil Osvaldo Kazumi Asanuma

Administrador Elvis Lima Moura da Silva

Tecnóloga em Saneamento Ambiental Mércia Couto Quaranta

Especialista na Área Econômica:

MSc. Paulo Freire de Carvalho Filho

Especialistas na Área Jurídica:

Bela. Alessandra Farias Tavares

Especialista na Área Pedagógica:

Dr^a. Joelma Carvalho Vilar – Universidade Federal de Sergipe

Especialistas na Área Social:

MSc. Maria Elisa da Cruz – Universidade Federal de Sergipe

Thereza Lisboa de Gois Neves

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| LISTA DE FIGURAS | 7 |
| LISTA DE QUADROS | 7 |
| LISTA DE TABELAS | 7 |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | 8 |
| APRESENTAÇÃO..... | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO | 13 |
| 2.1. JUSTIFICATIVA | 13 |
| 2.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: TERRITÓRIO DE CONSÓRCIO GRANDE ARACAJU..... | 15 |
| 2.3. OBJETIVOS | 19 |
| 2.3.1 Geral | 19 |
| 2.3.2 Específicos..... | 19 |
| 2.4. A NATUREZA TÉCNICA E PARTICIPATIVA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO..... | 19 |
| 2.4.1 Os princípios participativos: os pilares do Plano de Intervenção..... | 19 |
| 2.4.2 A visão sistêmica dos resíduos sólidos..... | 23 |
| 2.4.3 As instâncias de coordenação | 26 |
| 2.5. METODOLOGIA..... | 29 |
| 2.5.1 Identificação de atores sociais envolvidos na elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos..... | 30 |
| 2.5.2 Instrumentos e definição de estratégias de divulgação junto à comunidade | 32 |
| 2.5.3 Capacitação dos atores interessados | 34 |
| 2.5.4 Estratégias para o diagnóstico socioambiental dos resíduos sólidos..... | 36 |
| 2.5.5 Definição da metodologia das oficinas/plenárias | 37 |
| 2.6. CRONOGRAMA | 44 |
| 3. REFERENCIAS | 47 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Sergipe. Localização do Território de Consórcio Grande Aracaju..... | 16 |
| Figura 2: A natureza participativa dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos. ... | 23 |
| Figura 3: Sistema de Resíduos Sólidos. | 25 |
| Figura 4: As instâncias de coordenação do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – Grande Aracaju/SE..... | 27 |
| Figura 5: O processo de elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju..... | 30 |
| Figura 6: Cronograma Geral de Atividades do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju. | 45 |
| Figura 7: Cronograma de Atividades do Projeto de Mobilização Social e Divulgação do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju. | 46 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Modelo da Matriz de Resíduos Sólidos para a Oficina 1..... | 38 |
| Quadro 2: Programação para Oficina 01. | 38 |
| Quadro 3: Modelo da Matriz de Resíduos Sólidos para a Oficina de Diagnóstico Participativo da Grande Aracaju..... | 40 |
| Quadro 4: Programação para Oficina Participativa de Resíduos Sólidos do Consórcio da Grande Aracaju..... | 41 |
| Quadro 5: Modelo de matriz para as Metas e Prazos de Implementação..... | 41 |
| Quadro 6: Matriz de Diretrizes e Meios de Implementação das Agendas Setoriais de Resíduos Sólidos. | 42 |
| Quadro 7: Programação para Oficina de validação das diretrizes e metas e apresentação das Agendas Setoriais para Implementação do PIRS da Grande Aracaju..... | 42 |
| Quadro 8: Programação do Seminário do Plano de Resíduos Sólidos do Consórcio da Grande Aracaju..... | 43 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Território da Grande Aracaju. Área e População (2010-2015). | 17 |
|----------------------------------------------------------------------------|----|

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
ADEMA – Administração Estadual do Meio-Ambiente
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDL – Clube de Dirigentes Lojistas
DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sergipe
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GAJU – Grande Aracaju
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS – Instituto Federal de Sergipe
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOPEC – Movimento Popular Ecológico
PIRS – Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos
PMS – Projeto de Mobilização Social e Divulgação
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
RASP – Resíduos Agrossilvopastoris
RCD – Resíduos da Construção e Demolição
RI – Resíduos Industriais
RM – Resíduos da Mineração
RS – Resíduos Sólidos
RSPSB – Resíduos dos Serviços Públicos de Saneamento Básico
RSS – Resíduos de Serviços de Saúde
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
RT – Resíduos de Serviços de Transporte
SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social
SEINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SES – Secretaria de Estado da Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TDR – Termo de Referência

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta o Projeto de Mobilização Social e Divulgação (PMS) e ao mesmo tempo atende a uma demanda prevista no Termo de Referência (TDR) do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju (PIRS GAJU) e cumpre as exigências do contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e a M&C Engenharia.

O Projeto de Mobilização Social e Divulgação (PMS) faz parte das atividades iniciais previstas no processo de elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju, na perspectiva de garantir institucionalização e participação da sociedade local na construção de uma mudança gradual de hábitos e atitudes no tocante aos resíduos sólidos, desde a sua geração até a sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada.

Um dos princípios que embasam este PMS baseia-se na participação da população enquanto exercício da cidadania, e ainda, no posicionamento da sociedade sobre as políticas públicas, a socialização de experiências e o debate de ideias.

O objeto da presente consultoria se insere no contexto do novo marco regulatório brasileiro que nos últimos anos vem desenvolvendo mecanismos e instrumentos para superar as dificuldades operacionais e melhorar a capacidade de gestão dos serviços de resíduos sólidos em todo o país.

O Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju será elaborado em consonância com os princípios participativos preconizados pela Lei de Saneamento Básico (Nº 11.445/2007) e, mais recentemente, pelo diploma legal que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010).

M&C Engenharia



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como escopo básico apresentar uma proposta de Mobilização Social e Divulgação que norteará todas as fases do PIRS GAJU. Nesse sentido, formatou-se um modelo de planejamento participativo e de caráter permanente que possibilite uma gestão adequada dos resíduos sólidos (RS) em suas variadas dimensões, em conformidade com a Lei Nacional Nº 12.305/2010.

A participação popular na elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas vem ganhando amplitude nos últimos tempos, e dessa forma, vem contribuindo para aumentar a eficácia e a abrangência das ações públicas.

Nesse contexto, a elaboração do Projeto de Mobilização Social e Divulgação (PMS) é uma oportunidade para que a sociedade local possa conhecer mais adequadamente e em novas bases a complexa questão dos RS, discutir as variadas causas dos problemas gerados pelos resíduos e propor soluções adequadas. A complexidade que assume hoje os RS requer a participação cidadã na elaboração do PIRS GAJU e se revela como condição chave para superar os entraves dos serviços e da infraestrutura de saneamento básico no território da Grande Aracaju.

Conforme o termo de referência (TDR) e em consonância com os princípios democráticos que atualmente fundamentam o planejamento e a gestão ambiental no Brasil, a mobilização social e a participação cidadã se inserem num contexto de necessidade de controle social e de ordenamento territorial.

O controle social realizado por meio da participação fornece legitimidade ao processo de planejamento ambiental e territorial e se constitui numa condição básica

para elaborar o PIRS GAJU. Aqui são propostos canais de diálogos que não se restringem a receber informações e conhecer as propostas, mas que se ampliam para a validação e principalmente para construção coletiva das ideias. A concepção de mobilização que se utiliza é muito ampla e envolve todas as fases e as dimensões de complexidade que a questão dos RS exige para uma compreensão efetiva.

Por sua vez, o ordenamento do território, seja em ambientes urbanos, rurais e mesmo em espaços naturais, apresenta a questão dos resíduos como um dos seus maiores desafios na contemporaneidade, porque envolve toda a sociedade, afeta a qualidade ambiental e também está associada ao modelo de consumo de nossa sociedade capitalista.

Sem sombra de dúvidas, a questão dos RS se insere na discussão do meio ambiente e da promoção da qualidade de vida. A necessidade de uma compreensão sistêmica dos RS e de uma visão ao mesmo tempo técnica e participativa do planejamento ambiental é fundamental no processo de elaboração do Projeto de Mobilização e Divulgação das atividades PIRS GAJU, desde a definição das etapas de trabalho até a seleção dos instrumentos metodológicos a serem utilizados.

Espera-se, portanto, que os momentos de construção do PIRS GAJU se consolidem como espaços de efetiva participação, com capacidade de criar oportunidades para os atores sociais envolvidos localizarem seu papel na gestão integrada dos resíduos sólidos.

Considerando os momentos básicos que configuram um projeto, o presente relatório está constituído de seis partes: a) justificativa; b) caracterização da área de estudo; c) objetivos do trabalho; d) discussão sobre a natureza técnica e participativa do processo de elaboração do PIRS GAJU, na qual se apresenta os princípios participativos, a visão sistêmica dos RS e as instâncias de coordenação (Comitê Diretor e Grupo de Sustentação); e) a metodologia de trabalho; f) o cronograma de atividades a serem executadas.



2. PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA

Desde o final do século XX podemos observar, no Estado Brasileiro, o aumento gradativo da participação das organizações da sociedade civil no planejamento das políticas públicas, fator esse que vem alterar a característica impositiva das decisões anteriormente tomadas, as quais não respeitavam os atores sociais, e tinham caráter patrimonialista, clientelista e assistencialista. Essas mudanças influenciam positivamente nas questões referentes ao planejamento social de natureza participativa, a exemplo do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju-SE (PIRS GAJU).

A Constituição Federal de 1988 é um marco legal nesse processo de normatizar a participação da sociedade civil organizada, estimulando que a mesma ocupasse seu espaço enquanto sujeito de direitos e de deveres, surgindo a gestão democrática, oficializada pela via do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, e de outras legislações infraconstitucionais.

É um fato histórico a mobilização da sociedade brasileira com caráter de defesa aos interesses coletivos dos grupos menos favorecidos. Essa mobilização social se tornou significativa diante do surgimento do Estado Democrático de Direito, este na tentativa de consolidar a gestão democrática, enquanto mecanismo de fortalecimento da

sociedade, tornando possível ações pontuais e marcantes acerca do planejamento e do desenvolvimento territorial.

Ao focar as intervenções socioambientais, nos espaços urbanos e rurais, que atingem a sociedade diante da complexa temática dos resíduos sólidos (RS), podem-se caracterizar as demandas mediante a qualidade de vida e do meio ambiente, com vistas às reivindicações da sociedade civil organizada no âmbito sociopolítico da Grande Aracaju/SE, levando em consideração os valores e a cultura das comunidades.

Em 02 de Agosto de 2010 foi promulgada a Lei Federal Nº 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual fomenta a preservação do meio ambiente e tem como um dos eixos norteadores o apoio às cooperativas ou outras formas associativas do trabalho dos catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis, reinserindo muitos desses trabalhadores no mercado de trabalho.

O presente Projeto de Mobilização Social e Divulgação tem como característica principal a busca da participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade local, valorizando suas particularidades e saberes. Outro fator relevante é respeitar o olhar dos gestores municipais diante dos resíduos sólidos durante a elaboração e implementação do PIRS GAJU.

O PIRS GAJU fundamenta-se no processo metodológico de inserção dos diversos segmentos sociais. Assim sendo, faz-se necessária a sensibilização estimulando a efetiva participação do conjunto da sociedade. É relevante pontuar que diante das diferenças socioeconômicas, culturais, políticas e étnicas, encontradas durante esse processo de sensibilização, pode-se deparar com alguns entraves, mas à medida que esses problemas são solucionados conquista-se o crescimento e amadurecimento do grupo e o seu fortalecimento, culminando na conquista da inclusão social.

Diante do exposto, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE) contratou a M&C Engenharia que nos termos da presente consultoria técnica propõe a elaboração PIRS GAJU, tendo como primeira etapa a construção do Projeto de Mobilização Social e Divulgação.

Mediante as colocações supracitadas, justifica-se o Projeto de Mobilização Social e Divulgação como relevante instrumento para elaborar, executar, monitorar e avaliar o PIRS GAJU, tendo como eixo norteador o exercício do Controle Social por meio da participação, do debate e da reflexão entre os representantes sociais das comunidades e do estado nos temas socioambientais, a fim de pactuar responsabilidades.

No exercício da gestão democrática, destaca-se a participação como atividade socioeducativa, reiterando a mobilização como viés para a mobilização social. Diante do exposto, observa-se que o termo de referência destaca as seguintes etapas a serem executadas.

- a) Diagnóstico dos resíduos sólidos da Grande Aracaju e sua validação;
- b) Projeção, análise de cenários e planejamento das ações do PIRS GAJU;
- c) Agendas setoriais de implementação e validação do PIRS GAJU;
- d) Aprovação do PIRS GAJU;
- e) Divulgação do PIRS GAJU que perpassa todas as etapas anteriores.

O fortalecimento do diálogo sobre os resíduos sólidos e saneamento tem como objetivo promover ações capazes de atender as pautas e efetivar serviços. É nesse contexto que o Projeto de Mobilização Social do PIRS GAJU será elaborado e executado, buscando legitimar o controle social e o planejamento participativo.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: TERRITÓRIO DE CONSÓRCIO GRANDE ARACAJU

O Território do Consórcio da Grande Aracaju está situado na parte leste do Estado de Sergipe, limitando-se ao norte com o Território Baixo São Francisco; ao sul, com o Território Sul e Centro Sul; ao oeste com o Território Agreste Central e ao leste, com o Oceano Atlântico (Figura 1).

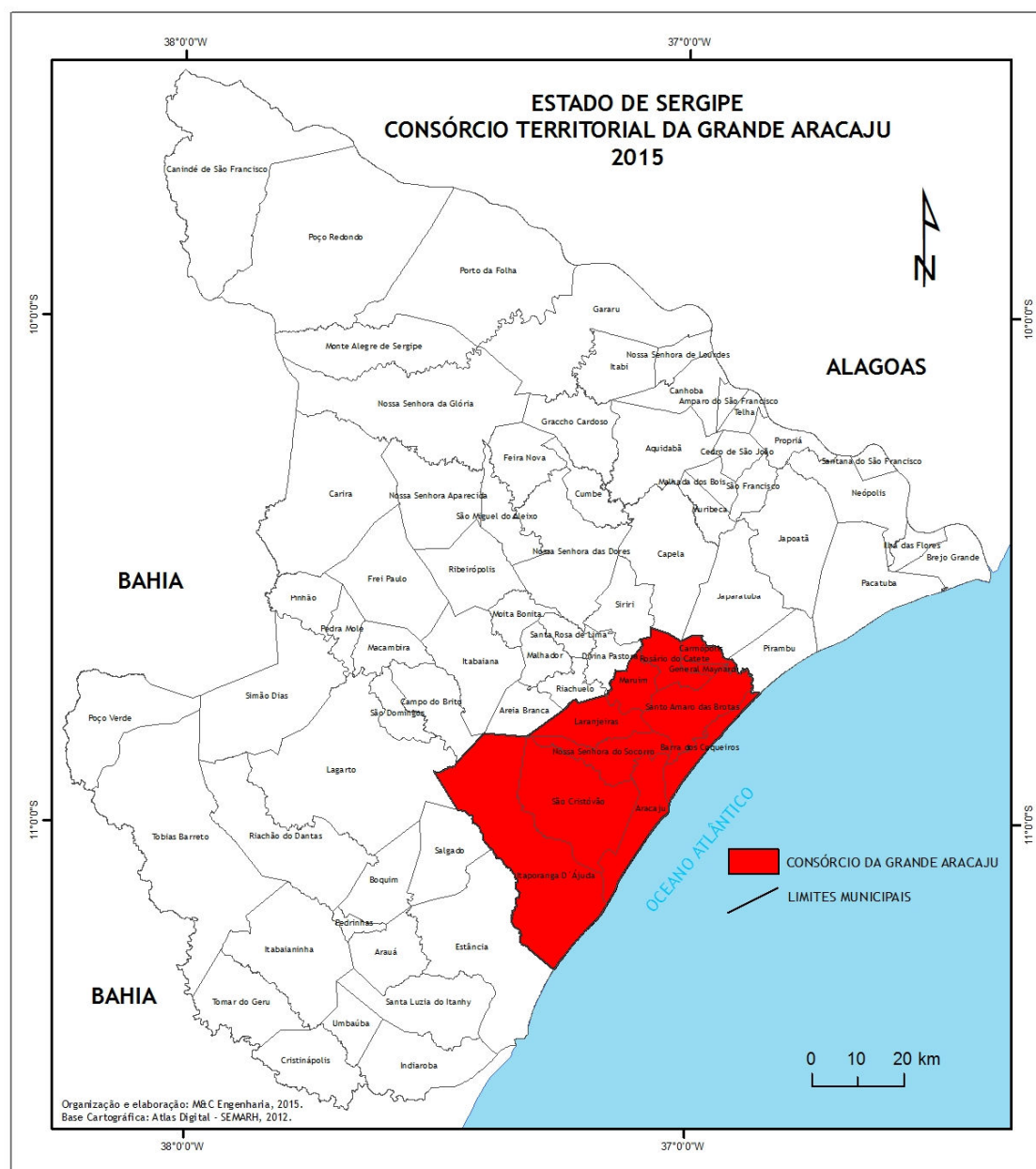


Figura 1: Sergipe. Localização do Território de Consórcio Grande Aracaju
Organização: M&C Engenharia.

O território em estudo é formado por 11 municípios e ocupa uma área de 2.267,485km², o que representa 10,35% da área estadual (Tabela 1). Os municípios mais extensos são Itaporanga d’Ajuda, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas, todos apresentando densidade demográfica inferior à média estadual que é de 94,36 habitantes por km². Por outro lado, Aracaju e Nossa Senhora do Socorro apresentam densidade demográfica elevada (3.140,65 e 1.025,87 hab.km², respectivamente), em virtude da concentração de população.

Tabela 1: Território da Grande Aracaju. Área e População (2010-2015).

| Municípios | População (2015) | | | População (2010) | | | Área (km ²) | | | Densidade demográfica (hab/km ²) 2010 |
|--------------------------|------------------|---------------|--------------|------------------|---------------|--------------|-------------------------|---------------|--------------|---------------------------------------------------|
| | Total | % Total | % Sergipe | Total | % Total | % Sergipe | Total | % Total | % Sergipe | |
| Aracaju | 632.744 | 60,46 | 28,21 | 571.149 | 60,34 | 27,62 | 181,857 | 8,02 | 0,83 | 3.140,65 |
| Barra dos Coqueiros | 28.677 | 2,74 | 1,28 | 24.976 | 2,64 | 1,21 | 90,322 | 3,98 | 0,41 | 276,52 |
| Carmópolis | 15.622 | 1,49 | 0,70 | 13.503 | 1,43 | 0,65 | 45,905 | 2,02 | 0,21 | 294,15 |
| General Maynard | 3.231 | 0,31 | 0,14 | 2.929 | 0,31 | 0,14 | 19,975 | 0,88 | 0,09 | 146,63 |
| Itaporanga d'Ajuda | 33.317 | 3,18 | 1,49 | 30.419 | 3,21 | 1,47 | 739,925 | 32,63 | 3,38 | 41,11 |
| Laranjeiras | 29.130 | 2,78 | 1,30 | 26.902 | 2,84 | 1,30 | 162,28 | 7,16 | 0,74 | 165,78 |
| Maruim | 17.151 | 1,64 | 0,76 | 16.343 | 1,73 | 0,79 | 93,771 | 4,14 | 0,43 | 174,29 |
| Nossa Senhora do Socorro | 177.344 | 16,95 | 7,91 | 160.827 | 16,99 | 7,78 | 156,771 | 6,91 | 0,72 | 1.025,87 |
| Rosário do Catete | 10.364 | 0,99 | 0,46 | 9.221 | 0,97 | 0,45 | 105,66 | 4,66 | 0,48 | 87,27 |
| Santo Amaro das Brotas | 12.025 | 1,15 | 0,54 | 11.410 | 1,21 | 0,55 | 234,156 | 10,33 | 1,07 | 48,73 |
| São Cristóvão | 86.979 | 8,31 | 3,88 | 78.864 | 8,33 | 3,81 | 436,863 | 19,27 | 1,99 | 180,52 |
| TOTAL | 1.046.584 | 100,00 | 46,66 | 946.543 | 100,00 | 45,77 | 2.267,485 | 100,00 | 10,35 | 417,44 |
| Sergipe | 2.242.937 | - | 100,00 | 2.068.017 | - | 100,00 | 21.918,493 | - | 100,00 | 94,36 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010; Estimativas Populacionais, 2013.

O Consórcio Grande Aracaju tem uma população estimada de 1.046.584 habitantes, correspondendo a 46,66% da população estadual (IBGE, 2015). Na área de estudo se encontram aqueles municípios que formam a área metropolitana constituída por Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão que abrigam 925.744 habitantes correspondente a 96% da população do território e 41,12% da população estadual. Como reflexo da concentração de população, este território é o que apresenta maior produção de resíduos sólidos.

A inclusão do município sede da capital do Estado, Aracaju, neste território proporciona uma condição diferenciada ao mesmo, desde a concentração de população, assim como de atividades econômicas, com destaque para aquelas referentes ao setor terciário (administração, comércio e os serviços).

Aracaju se constitui num centro regional com forte primazia sobre as demais cidades sergipanas e de municípios da Bahia e de Alagoas (IBGE, 2008). A construção de pontes entre Aracaju e os municípios integrantes da área metropolitana, a exemplo da ponte José Rollemberg Leite, sobre o Rio do Sal, ligando o Complexo Taiçoca, em Nossa Senhora do Socorro; e da ponte Construtor João Alves, sobre o Rio Sergipe, interligando à Barra dos Coqueiros e ao Litoral Norte, além da ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza Barris, comunicando com Itaporanga d’Ajuda e o Litoral Sul, contribuiu para intensificar a centralidade da capital (FRANÇA e CRUZ, 2013).

Uma rede rodoviária radial integrada por duas rodovias federais (BR-101 e BR-235) e por diversas rodovias estaduais conduz os fluxos dos demais municípios sergipanos para a capital fortalecendo e diversificando as funções urbanas.

Tradicionalmente, a economia do território da Grande Aracaju era centrada no cultivo da cana-de-açúcar e na criação de gado. A presença de solos férteis proporcionou condições para o desenvolvimento da agroindústria açucareira, daí resultando em forte concentração da terra.

Embora a atividade canavieira ainda esteja presente no território, atualmente a economia é marcada pela forte presença da indústria extrativo mineral, em decorrência de grandes reservas de calcário, de potássio, de petróleo e do gás natural. Os municípios de Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Carmópolis e Rosário do Catete se destacam por abrigar grandes unidades industriais, sendo que a mobilidade do trabalho é muito forte, com intensos fluxos de Aracaju e de outros municípios para essas unidades. Desse movimento resulta um considerável volume de transferência de renda, uma vez que os trabalhadores, especialmente aqueles mais especializados, residem em Aracaju,

onde consomem e gastam os seus salários, fortalecendo e dinamizando a economia da capital.

2.3. OBJETIVOS

2.3.1 Geral

- Subsidiar a elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Consórcio Grande Aracaju/SE, formatando um modelo de planejamento participativo de caráter permanente.

2.3.2 Específicos

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – Grande Aracaju/SE;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – Grande Aracaju/SE;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas no Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – Grande Aracaju/SE.

2.4. A NATUREZA TÉCNICA E PARTICIPATIVA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

2.4.1 Os princípios participativos: os pilares do Plano de Intervenção

Observa-se que o processo participativo está sempre em construção, nunca se completa, o que leva a entender a participação como um processo socioeducativo e de consolidação da cidadania no contexto deste Plano. Diante dessa concepção de

participação, todas as etapas de elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – Grande Aracaju/SE têm como base a construção coletiva e consciente capaz de possibilitar relevantes agendas para a reflexão técnica e o exercício do controle social.

O processo de mobilização e controle social norteia-se com os princípios da **transversalidade e da intersectorialidade**, estimulando o debate em torno das questões ambientais e em particular dos resíduos sólidos. Ao se apontar as demandas sociais no decorrer da execução do plano, essas construirão as respostas de forma coletiva, respeitando a ordem de prioridades apresentadas nas oficinas pelos diversos segmentos sociais.

Em uma sociedade democrática a **transparência e o diálogo** são princípios que permitem gerir os trabalhos com ética e seriedade, os quais refletem na valorização da pluralidade dos saberes, por meio das diferentes linguagens, buscando assim alcançar as metas, as ações e os objetivos a serem trabalhados nesse plano.

Para alcançar a liberdade do pensar e do agir, foram configuradas as categorias da **emancipação e da democracia** como essenciais, buscando assim a garantia da igualdade de oportunidades dos atores sociais na construção de propostas, que tenham a possibilidade de operacionalização, quanto às questões dos resíduos sólidos e da degradação do meio ambiente.

As relações sociais que demarcam os espaços comunitários devem ser pautadas nos princípios da **tolerância e do respeito**, pois, em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados, podem-se observar grupos com energias comuns, mas também com forças contraditórias.

Identificar e fazer valer de forma concreta a participação como uma ação política dos atores sociais, em particular os beneficiários do PIRS GAJU, está diretamente relacionada ao controle social, que tem como finalidade fazer com que os sujeitos se sintam protagonistas desse plano, detentores de direitos e deveres, enquanto cidadão. Portanto, o controle social possibilita o diálogo entre os diversos segmentos sociais que buscam identificar suas necessidades, sob o prisma do seu ponto de vista, além de objetivar a busca de alternativas para os problemas encontrados nas diferentes realidades da localidade trabalhada.

O Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetiva ação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, fato esse evidenciado no Título II, Capítulo III, Artigo 25 da PNRS.

Ao se considerar a legislação vigente como elemento fundante do processo de planejamento, faz-se necessário a utilização de instrumentos socioeducativos na perspectiva da concretização da participação cidadã e do controle social. Para tanto, ratifica-se aqui que os diversos segmentos sociais devem assumir o compromisso mediante o que determina a lei.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu arcabouço legal, define de maneira objetiva o controle social como um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

Outro material orientador do presente PIRS GAJU consiste no Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, do Ministério das Cidades (2009), que aborda uma proposta de ordem a concretizar tais ações por meio de diretrizes capazes de subsidiar o processo de mobilização para atingir de forma compartilhada a efetivação de ações dirigidas ao tema. Essas propostas de ações e estratégias são elencadas a seguir:

a) **Tecnologias sociais sustentáveis em saneamento** – Constituem ferramentas alternativas que utilizadas no processo de preservação e sustentabilidade ambientais reduzem, com baixo custo, os impactos ao meio ambiente e para o saneamento dos espaços urbanos e rurais de modo a contribuir para a gestão de resíduos sólidos em uma dada localidade;

b) **Gestão comunitária, escala local e direito à cidade** – Por meio do compartilhamento de ações comunitárias dentro de um espaço delimitado territorialmente, torna-se possível democratizar o acesso aos equipamentos sociais, aos serviços públicos e às informações sobre resíduos sólidos, independente de classe, gênero e etnia;

c) **Dimensões da sustentabilidade** – Adotar mecanismos que desenvolvam a conservação e a preservação ambiental de modo consciente exige conhecer e compreender o presente para demarcar ações que respeitem as condições socioambientais do local, do regional e do global, na perspectiva de garantir às gerações futuras condições de vida e trabalho socialmente sustentáveis. A questão dos resíduos sólidos jamais será equacionada longe dessa diretriz de sustentabilidade.

d) **Respeito ao regionalismo e a cultura local** – Esta diretriz consiste em entender que cada local dispõe de hábitos, costumes, valores construídos e preservados pelo conjunto dos sujeitos, formatando a sua identidade. Todavia é necessário à equipe técnica compreender que tais aspectos vão além do limite geográfico local, pois contemplam uma determinada região e por isso a valorização da cultura local e da força regional devem ser respeitadas enquanto diretrizes éticas. Nesse sentido, o planejamento no âmbito dos resíduos sólidos deve considerar a questão da identidade local e suas vinculações territoriais e regionais que expressam aspectos de ordem socioculturais.

No bojo da participação, a mobilização está inclusa como um importante instrumento didático pedagógico, de caráter contínuo e relevante para o exercício da cidadania, utilizada para conduzir diferentes modos de participação e concepção.

Na perspectiva de romper com a histórica cultura política do clientelismo, assistencialismo, patrimonialismo, a participação social vem como um elemento de superação dessas práticas que no decorrer dos anos inibiu o exercício da cidadania. Diante disso, a mobilização e a sensibilização são entendidas como instrumentos para possibilitar a efetiva participação concebida como um processo em contínua construção.

O Estatuto da Cidade estabelece que a Gestão Democrática representa uma conquista dos movimentos sociais de natureza popular, trazendo formas de embate das contradições econômicas, sociais e políticas de maneira coletiva. Esse modelo de gestão supera os interesses de cunho individual e busca o enfrentamento das questões de interesse da sociedade, e incentiva a realização de momentos de diálogos e construção, como, por exemplo, debates, audiências públicas, conferências, consultas, conselhos, fóruns, dentre outros.

O planejamento participativo induz a inclusão social, tendo em vista a inserção dos sujeitos sociais nas diversas etapas do processo, ou seja, na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação. É oportuno frisar que a avaliação deve permear todo o processo, tendo como objetivo detectar pontos que devem ser reforçados e/ou alterados em tempo hábil pela equipe técnica responsável.

A Figura 2 representa uma síntese das ideias aqui discutidas sobre os fundamentos da mobilização em geral e do saneamento básico em particular, principalmente dos serviços e de infraestrutura de resíduos sólidos. A transparência das ideias e o fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental, aliados ao diálogo permanente e a responsabilidade compartilhada, na perspectiva de solução dos conflitos

inerentes aos resíduos sólidos, estão na base da mobilização e da divulgação social aqui propostas, norteadas pelos princípios participativos aplicados ao planejamento e pelas diretrizes de uma sociedade democrática.

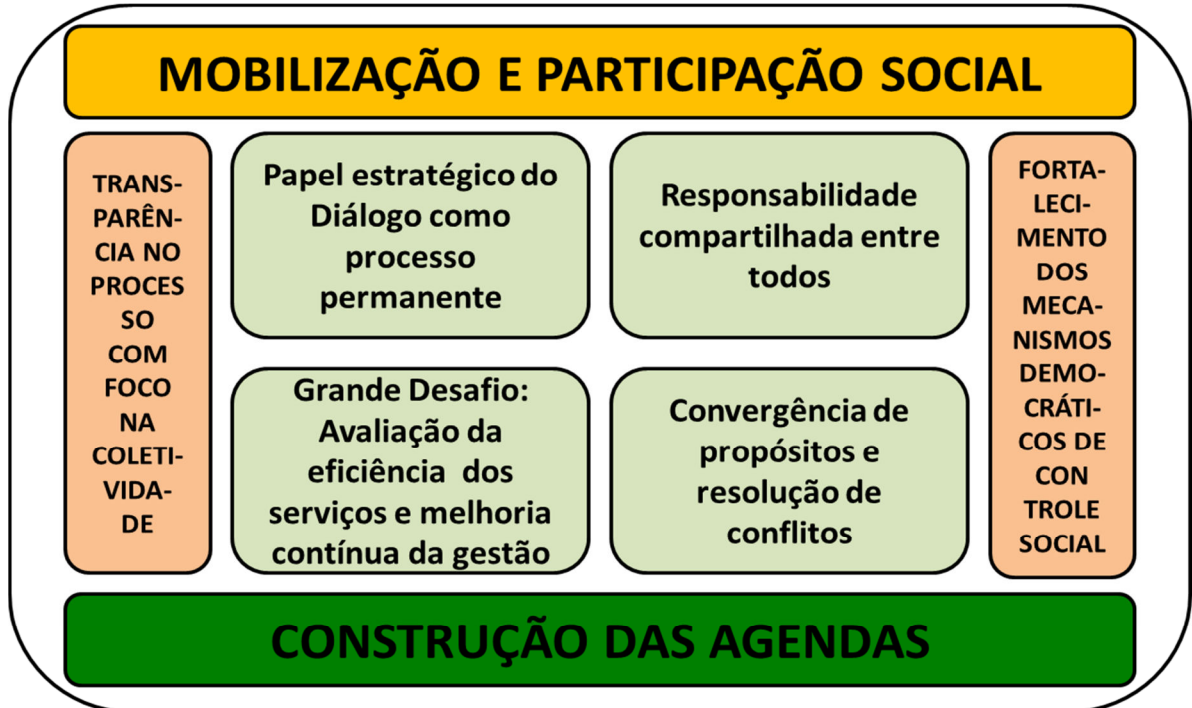


Figura 2: A natureza participativa dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos. Organização: M&C Engenharia.

2.4.2 A visão sistêmica dos resíduos sólidos

Está posto que a questão ambiental no século XXI vem se agravando, e diante da degradação dos recursos naturais e do aumento da poluição ambiental, as legislações e mecanismos de controle social referentes aos resíduos sólidos deixam claro as responsabilidades dos diversos segmentos sociais, sejam eles públicos ou privados.

Com o advento do marco legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Nº 12.305/10), a sociedade brasileira é acionada, através de seus gestores e representantes, a planejar de maneira participativa a problemática dos Resíduos Sólidos, destacando o processo de retirada da matéria-prima, da produção, da circulação, do consumo e do descarte dos rejeitos produzidos.

Pode-se afirmar que a criação das legislações em torno das questões ambientais, conduziram os diversos segmentos da sociedade a firmar compromissos,